

Universidade Portucalense

Mestrado em Direito Europeu e Comparado

Modalidade híbrida



Plano de Estudos

1º Ano, 1º Semestre

Direito Público Internacional - 10 ECTS;

Metodologia do Direito Comparado - 10 ECTS;

Metodologia em Investigação da Ciência Jurídica - 10 ECTS.

1º Ano, 2º Semestre

Direito Privado Europeu - 10 ECTS;

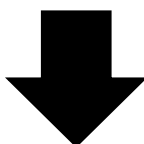
Direito Privado Internacional - 10 ECTS;

Direito Público Europeu - 10 ECTS.

2º Ano, Anual

Dissertação – 60 ECTS.

EMENTAS DAS DISCIPLINAS DO 1º ANO, 1º SEMESTRE



❖ DIREITO PÚBLICO INTERNACIONAL

- 10 ECTS

- Lecionada em Português

- Avaliação Contínua

- Professora Maria de Fatima Batalha de Castro Moreira Maia Gomes

Objetivos

Conhecimento, compreensão, enumeração, explicação, análise e discussão do conceito de Direito Internacional, da sua origem e evolução. Conhecimento, compreensão, enumeração, explicação, análise, discussão e crítica sobre a efetividade do Direito Internacional, as relações entre ele e o Direito nacional, bem como sobre os conteúdos específicos do Direito Internacional especial. Conhecer, enumerar, analisar, explicar e criticar os programas de investigação científica em Ciência Jurídica com agências de promoção de investigação científica globais. Ao terminar a UC o aluno será capaz de formular, definir e aplicar um projeto de investigação em Direito Internacional, tendo em vista a solução de um problema, determinando as soluções metodológicas adequadas.

Método de Ensino

Combinação de aula expositiva com método socrático.

Análise e debate de casos de estudo.

Estudo, análise, síntese e apresentação individual sobre os diferentes métodos.

Resolução de problemas em active learning.

A avaliação será final através de um trabalho escrito individual, apresentado oralmente em Conferência de estudos pós-graduados.

Conteúdos Programáticos

Introdução: Direito Internacional e Direito Interno

- 1) A eficácia do Direito Internacional vs Direito Interno
- 2) Direito Internacional Público
- 3) Uso da Força e Direito Internacional
- 4) Direito Internacional Humanitário
- 5) A Proteção Internacional dos Refugiados
- 6) Direito Internacional Económico

- 7) Direito Internacional do Ambiente
- 8) Direito do Mar
- 9) Direito do Espaço Exterior
- 10) Direito de Autodeterminação dos Povos
- 11) Responsabilidade Internacional dos Estados por Factos Ilícitos
- 12) Outros ramos do Direito Internacional
- 13) Programas internacionais de financiamento de investigação em Direito Internacional

Bibliografia e Webgrafia Recomendada

Azeredo Lopes, J. A., Regimes Jurídicos Internacionais, Volume I, Universidade Católica Editora, Porto, 2020

Azeredo Lopes, J. A., Regimes Jurídicos Internacionais, Volume II, Universidade Católica Editora, Porto, 2020

Bibliografia Complementar

Brito, Wladimir: Direito Internacional Público. 2.^aed. , Coimbra, 2014

Duarte, Maria Luísa: Direito Internacional Público e Ordem Jurídica Global do século XXI. AAFDL Editora. 2019.

Baptista Machado, João: Lições de direito internacional privado, 3^a ed., Coimbra, 1985 (reimp., 2013).

Amado Gomes, Carla: Introdução ao Direito do Ambiente. Almedina. 3.^a Ed. 2018

Heidemann, Maren: Does International Trade Need a Doctrine of Transnational Law?, Springer, 2012

Bekker, Pieter H. F. : Making Transnational Law Work in the Global Economy, Essays Honour of Detlev Vagts, University of Cambridge, 2010

Likosky, Michael : Transnational Legal Processes: Globalisation & Power Disparities, Butterworths, 2002

Planificação Semanal

Sessão 1

Introdução ao Direito Internacional Público.
Direito Internacional Público e Direito Internacional Privado
Direito Internacional Público e Direito Interno

Sessão 2

Sujeitos, Fontes e Normas de Direito Internacional Público.

Sessão 3

Direito Internacional Público e Resolução de Diferendos
As Obrigações decorrentes da Carta das Nações Unidas

Sessão 4

A Proibição do uso da Força e o Direito Internacional

Sessão 5

Direito Internacional Humanitário

Sessão 6

A Proteção Internacional dos Refugiados

Sessão 7

Direito Internacional do Ambiente

Sessão 8

Direito Internacional do Mar

Sessão 9

Direito Internacional Económico

Sessão 10

Direito do Espaço Exterior

Sessão 11

Direito de Autodeterminação dos Povos

Sessão 12

Outros Ramos do Direito Internacional

Sessão 13

Responsabilidade Internacional dos Estados por factos internacionalmente ilícitos.

Sessão 14

Programas de internacionais de financiamento de investigação em Direito Internacional

Sessão 15

Seminário de Direito Internacional

Coerência do programa para com os objetivos

O conhecimento, compreensão, enumeração, explicação, análise e discussão do conceito de DI, da sua origem e evolução é prosseguido pelo ponto Introdutório do programa.

O conhecimento, compreensão, enumeração, explicação, análise, discussão e crítica sobre a efetividade do DI, as relações entre ele e o Direito nacional é prosseguido pelo ponto 1 e 2 do programa.

O conhecimento, compreensão, enumeração, explicação, análise, discussão e crítica sobre os conteúdos específicos do DII especial é prosseguido pelos pontos 3 a 12 do programa.

Conhecer, enumerar, analisar, explicar e criticar os programas de investigação científica

em Ciência Jurídica com agências de promoção de investigação científica globais será realizado em articulação com os conhecimentos previamente adquiridos nas restantes UCs do primeiro semestre.

Ao terminar a UC o aluno será capaz de formular, definir e aplicar um projeto de investigação em DI, candidatando-o a financiamento competitivo.

Coerência dos métodos de ensino para com os objetivos

O conhecimento, compreensão, enumeração, explicação, análise e discussão do conceito de Direito Internacional, da sua origem e evolução é prosseguido pelo ponto Introdutório do programa e será adquirido por uma combinação de aula expositiva com método socrático.

O conhecimento, compreensão, enumeração, explicação, análise, discussão e crítica sobre a efetividade do Direito Internacional, as relações entre ele e o Direito nacional é prosseguido pelo ponto 1 e 2 do programa será adquirido através de uma combinação de aula expositiva com método socrático, análise e debate de casos de estudo, estudo, análise, síntese e apresentação individual sobre as diferentes metodologias.

O conhecimento, compreensão, enumeração, explicação, análise, discussão e crítica sobre os conteúdos específicos do Direito Internacional especial é prosseguido pelos pontos 3 a 12 do programa e será adquirido através de uma combinação de aula expositiva com método socrático, análise e debate de casos de estudo, etc.

❖ Metodologia do Direito Comparado

- 10 ECTS
- Lecionada em Português
- Avaliação Contínua
- Professor José Luis Caramelo Gomes

Objetivos

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

A unidade curricular visa dotar os doutorandos com o conhecimento e compreensão sobre o conceito, âmbito, objetivo e metodologias do Direito Comparado e a sua adequação aos diferentes tipos de projeto de investigação.

Ao concluir a unidade curricular, o aluno:

- Conhecerá o conceito, âmbito, objetivo e os diferentes métodos do Direito Comparado, sendo capaz de os enumerar, distinguir, explicar, sintetizar, analisar e aplicar;
- Compreenderá a relação entre as exigências do objetivo do estudo comparatístico e a resposta possível fornecida pelas diferentes soluções metodológicas cientificamente aceites em Direito Comparado;
- Será capaz de formular, definir e aplicar um projeto de investigação em Direito Comparado, tendo em vista a solução de um problema, determinando as soluções metodológicas adequadas.

Método de Ensino

Combinação de aula expositiva com método socrático.

Análise e debate de casos de estudo.

Estudo, análise, síntese e apresentação individual sobre os diferentes métodos.

Resolução de problemas em active learning.

A avaliação será final através de um trabalho escrito individual, apresentado oralmente

Conteúdos Programáticos

1. A natureza do Direito Comparado

1.1 Conceito, objetivo e alcance do Direito Comparado. Meso e micro comparação

1.2 O Direito Comparado enquanto instrumento evolucionista e taxonómico

1.3 Questões epistemológicas em Direito Comparado - racionalidade ou empirismo

1.4 Questões hermenêuticas em Direito Comparado - a Interpretação comparada

1.5 Legal reasoning

1.6 A tradução jurídica

1.7 Fontes de informação

2. Métodos do Direito Comparado

2.1 Justaposição, contraste e comparação

2.2 O método funcional

2.3 O método problemático

2.4 O método fatual

2.5 O método common core

2.6 O método multi-axial

2.7 O método "system dynamics"

2.8 Comparative law and economics

3. Coordenação de sistemas jurídicos

4. Transplantes legais

5. Métodos e técnicas de recolha de informação

5.1 Observação

5.2 Inquéritos e questionários

Bibliografia e Webgrafia Recomendada

Jan Smits Elgar Encyclopedia of Comparative Law, 2012

Esin Orücü and David Nelken Comparative Law: A Handbook, 2007

Mathias Reimann and Reinhard Zimmerman (eds.), The Oxford Handbook of Comparative Law (Oxford: Oxford University Press, 2008)

Comparative law: an introduction to the comparative method of legal study e research / by H. C. Gutteridge, Publication: Cambridge: University Press, 2015

Comparative legal reasoning: essays in honor of Geoffrey Samuel / edited by Simone Glanert Publication: London: Wildy, Simmonds & Hill Publishing, cop. 2018

The responsive judge: international perspectives/editors, Tania Sourdin, Archie Zariski Singapore: Springer, cop. 2018

Comparative judicial review / edited by Erin F. Delaney, Rosalind Dixon: Cheltenham [etc.]: Edward Elgar Publishing, cop. 2018

Comparative law methodology / edited by Maurice Adams, Jaakko Husa, and Marieke Oderkerke: Cheltenham: Elgar Research Collection, cop. 2017

Bibliografia Complementar

Pierre Legrand. Roderick Munday Comparative Legal Studies: Traditions and Transitions, 2011

David J. Gerber, Authority Heuristics, 79 Chi.-Kent L. Rev. 959, 2004

Kennedy, David W. "The Politics and Methods of Comparative Law" in Comparative Legal Studies: Traditions and Transitions (Pierre Legrand & Roderick Munday eds., Cambridge University Press, 2003)

Rodolfo Sacco, Legal Formants: A Dynamic Approach to Comparative Law , 39 American Journal of Comparative Law, 2003

David J. Gerber, Globalization and Legal Knowledge: Implications for Comparative Law, 75 Tul. L. Rev. 949, 2001

K. Zweigert & H. Kotz, An Introduction to Comparative Law (Third Edition),1998

Planificação Semanal

Sessão 1

1. A natureza do Direito Comparado

1.1 Conceito, objetivo e alcance do Direito Comparado. Meso e micro comparação

1.2 O Direito Comparado enquanto instrumento evolucionista e taxonómico

Sessão 2

1.3 Questões epistemológicas em Direito Comparado - racionalidade ou empirismo

Sessão 3

1.4 Questões hermenêuticas em Direito Comparado - a Interpretação comparada

Sessão 4

1.5 Legal reasoning

Sessão 5

1.6 A tradução jurídica

1.7 Fontes de informação

Sessão 6

2. Métodos do Direito Comparado

2.1 Justaposição, contraste e comparação

Sessão 7

2.2 O método funcional

Sessão 8

2.3 O método problemático

Sessão 9

2.4 O método fatural

Sessão 10

2.5 O método common core

Sessão 11

2.6 O método multi-axial

Sessão 12

2.7 O método "system dynamics"

Sessão 13

2.8 Comparative law and economics

Sessão 14

3. Coordenação de sistemas jurídicos

4. Transplantes legais

Sessão 15

5. Métodos e técnicas de recolha de informação

5.1 Observação

5.2 Inquéritos e questionários

Coerência do programa para com os objetivos

Conhecimento, compreensão, enumeração, explicação, análise e discussão do conceito, âmbito e objetivo do Direito Comparado é cumprido pelo ponto 1 do programa.

Conhecimento, compreensão, enumeração, explicação, análise, discussão e aplicação dos Métodos do Direito Comparado e a sua adequação aos diferentes tipos de projeto de investigação será cumprido através do ponto 2 e 5 do programa: 2. Métodos de Direito Comparado; 5. Métodos e técnicas de recolha de informação.

A compreensão da relação entre as exigências do objetivo do estudo comparatístico e a resposta possível fornecida pelas diferentes soluções metodológicas cientificamente aceites em Direito Comparado. será obtida pelos pontos 1, 3 e 4 do programa.

A capacidade para formular, definir e aplicar um projeto de investigação em Direito Comparado, tendo em vista a solução de um problema, determinando as soluções metodológicas adequadas será adquirida através dos pontos 2, 3, 4 e 5 do programa.

Coerência dos métodos de ensino para com os objetivos

O conhecimento, compreensão, enumeração, explicação, análise e discussão do conceito, âmbito e objetivo do Direito Comparado será adquirido por uma combinação de aula expositiva com método socrático.

O conhecimento, compreensão, enumeração, explicação, análise, discussão e aplicação dos Métodos do Direito Comparado e a sua adequação aos diferentes tipos de projeto de investigação será adquirido através de uma combinação de aula expositiva com método socrático, análise e debate de casos de estudo, estudo, análise, síntese e apresentação individual sobre os diferentes métodos.

O conhecimento, compreensão, enumeração e síntese da relação entre as exigências do objetivo do estudo comparatístico e a resposta possível fornecida pelas diferentes soluções metodológicas cientificamente aceites em Direito Comparado será adquirida através da análise e debate de casos de estudo, estudo, análise, síntese e apresentação individual sobre os diferentes métodos e resolução de problemas.

❖ Metodologia em Investigação da Ciência Jurídica

- 10 ECTS
- Lecionada em Português
- Avaliação Contínua

Objetivos

- 1) Conhecer as doutrinas e respetivas implicações metodológicas (sessão 2);
- 2) Contextualizá-las (sessão 2);
- 3) Compreender o seu alcance, sendo capaz de sintetizá-las, compará-las e aplicá-las noutros contextos (sessão 2 e 3);
- 4) Rever a sua relevância e pertinência (sessão 2);
- 5) Distinguir entre o conhecimento científico e o conhecimento não-científico em Direito (sessão 3);
- 6) Consolidar um método rigoroso de investigação em Direito, combinando métodos tradicionais com a pesquisa empírica, transdisciplinar e comparativa (sessão 3);
- 7) Aplicar esta metodologia ao Direito Internacional e Europeu (sessões 4-6);
- 8) Investigar com rigor metodológico a solução de problemas sociais (sessões 4-6);
- 9) Criar conceitos e desafios, fora dos padrões tradicionais, estabelecer novas associações entre ideias e conceitos, quebrando fronteiras disciplinares e vendo um mundo em que tudo está interligado (sessões 4-6).

Método de Ensino

- 1) Explicação, diferenciação e consolidação de diferentes instrumentos metodológicos e sua aplicação na investigação jurídica (obj. 1-4);
- 2) Análise crítica de vários problemas, com base em diferentes metodologias (objetivo 4);
- 3) Debate (obj. 5-7);
- 4) Exercícios;
- 5) Apresentação sobre um tema relacionado com a metodologia do direito (obj. 1 e 2);
- 6) Nota de síntese de vários textos, com orientações semelhantes ou diferentes, sobre o mesmo assunto (obj.3);
- 7) Análise crítica de um texto sobre metodologia do direito (obj. 4);

8) Paper sobre uma metodologia do Direito e suas implicações (obj. 5-7);

Metodologias ativas, promovendo o ensino-aprendizagem interativa, focado na ciência jurídica, no debate e no questionamento, rentabilizando potencialidades da lecionação EAD.

9) Working Paper aplicando uma metodologia para resolução de um problema a nível internacional ou europeu (obj. 8-9).

10) Orientação Tutorial

Avaliação de working paper em Conferência de estudos Pós-graduados.

Conteúdos Programáticos

1. Introdução: Metodologia Jurídica;
2. A Metodologia Interdisciplinar: Direito, Sociologia e Psicanálise;
3. A investigação em Ciência jurídica: Principais Características;
4. Metodologia do Direito Comparado;
5. Metodologia do Direito Transnacional;
6. Metodologia do Direito Europeu.

Bibliografia e Webgrafia Recomendada

Poças, Luís (2020) Metodologia de Investigação em Direito. Coimbra: Almedina. ISBN 978972408366-7 (versão impressa / E-book)

Coutinho, Clara P. (2018) Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas : teoria e prática. Coimbra: Almedina.

Larenz, Karl (2009) Metodologia da Ciência do Direito, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Ribeiro, Gabriel M. (2018). Novo manual de investigação – Do rigor à originalidade. Como fazer uma tese no século XXI. ed. 1, ISBN: 978-989-666-174-8. Lisboa: Contraponto.

Bibliografia Complementar

Iris van der Tuin; Rick Dolphijn. New Materialism: Interviews & Cartographies. Open Humanities Press, 2012

Les Cahiers de Droit Épistemologie et méthodologie juridiques. Numéro thématique de Les Cahiers de Droit, vol. 52, nos 3-4, septembre-décembre 2011, p. 345-712 (2011)
52

Keith E. Whittington, R. Daniel Kelemen, and Gregory A. Caldeira, (eds) The Oxford Handbook of Law and Politics. Oxford University Press, 2010.

Dore, Isaac I. The Epistemological Foundations of Law. Readings and Commentary. North Carolina, Carolina Academic Press, 2007.

Austin Sarat, Lawrence Douglas, Martha Umphrey (eds) The Place of Law. University of Michigan Press, 2006.

Sean Coyle, George Pavlakos. Jurisprudence Or Legal Science?: A Debate about the Nature of Legal Theory. Hart Publishing, 2005

Hoecke, Mark van (ed.) Epistemology and Methodology of Comparative Law (European Academy of Legal Theory Series), 2004

Samuel, Geoffrey. Epistemology and Method in Law, Ashgate, 2003

Planificação Semanal

Aula 1

Introdução à UC de Metodologia em Investigação da Ciência Jurídica.

Apresentação da avaliação da UC e explicação do projeto, apresentação científico para avaliação. Calendarização da avaliação.

Concretização e interpretação da abrangência, potencialidades, perigos e limites da investigação pela metodologia científica no âmbito da ciência jurídica Europeia, Internacional e Comparada. Perspetivas.

Dos perigos do senso comum à identificação das fontes (credíveis e admissíveis) e instrumentos científicos: método e metodologias estratégicos; instrumentos e meios de pesquisa; validade e fiabilidade; investigação e recolha de dados (qualitativos e quantitativos); produção científica adentro da ciência jurídica.

Exercício / Debate.

Aula 2

Metodologia do pensamento jurídico _ Tipos de raciocínio: Dedução, indução, abdução e analogia.

Da Ciência Jurídica Europeia, Internacional e Comparada: concetualização e debate das proximidades e afastamentos; paradigmas, metodologia(s) e investigação; discussão metodológica, a sistematização e a doutrina da proposição jurídica; processos de investigação: problema, hipótese, revisão da literatura, variáveis, amostra, recolha de dados (procedimentos, instrumentos, validade e fiabilidade, estratégias), análise de dados qualitativos, hermenêutica, elaboração do relatório (trabalho final).

Exercício.

Aula 3

Sessão de Literacia para a pesquisa, investigação e produção científica e Formação do Endnote: Aula Aberta em parceria com a BGUP.

Aula 4

Metodologia em Investigação da Ciência Jurídica (estrutura e normatização) : Ética e fraude académica; análise jurídica e interpretação normativa; Case Briefing; A produção escrita científica; O Estado da Arte; Revisão da Literatura; Resumo e sumário; Redação científica e os Resumos e Abstracts; A estrutura do trabalho académico e os aspetos formais; Referenciação Bibliográfica: a Norma ISO 690. Doutrinas da Investigação da Ciência Jurídica: Implicações metodológicas; Contextualização; Compreensão e identificação do seu alcance; Sintetização, comparação e capacitação para aplicar as doutrinas em distintos contextos; Relevância e pertinência das doutrinas pela análise de casos práticos.

Aula 5

Metodologia, Investigação e Ciência Jurídica europeia, internacional e comparada: distinção entre o conhecimento científico e o conhecimento não-científico em Direito. Análise de casos práticos.

Consolidação de um método rigoroso de investigação em Direito, combinando métodos tradicionais com a pesquisa empírica, transdisciplinar e comparativa.

O Direito como Ciência: análise de LARENZ, K. Metodologia da Ciência do Direito.

Lisboa: F. C. Gulbenkian, 2009, Parte 2, Cap. 1, pp. 261-296.

Exercício.

Aula 6

Estruturação, definição e debate preliminar dos projetos de investigação para avaliação da UC de Metodologia em Investigação da Ciência Jurídica, e preparação da apresentação.

Aula 7

Metodologia do Direito Comparado: a comparação jurídica.

Aplicabilidade do método; averiguação da fiabilidade e utilidade dos resultados.

Regras metodológicas promotoras de distinção das comparações empíricas realizadas permanentemente sobre questões jurídicas.

Pluralidade de métodos utilizados na comparação de Direitos: análise funcional das regras e institutos jurídicos; causas e origens históricas da investigação; integração metodológica no contexto cultural objetivando a sua compreensão.

Direito Comparado e Metodologia da Ciência Jurídica: delimitação do objeto de comparação; análise de termos a comparar; identificação pela síntese comparativa, das proximidades e afastamentos entre os termos e respetivas causas.

Exercício de problematização e (re)solução metodológica e científica.

Aula 8

Estratégias de consolidação de um método rigoroso de investigação em Direito, combinando métodos tradicionais com a pesquisa empírica, transdisciplinar e comparativa.

Instrumentos e ferramentas de pesquisa e de investigação: exercícios de identificação e de interpretação.

Aula 9

A Metodologia Interdisciplinar: Direito, Sociologia e Psicanálise: da teoria à prática.

Aplicabilidade das Metodologias em Investigação, o Discurso e a Retórica Jurídica no Direito Europeu e no Direito Internacional. Estudo de Caso.

Aula 10

Metodologia do Direito Transnacional: da ciência jurídica à produção científica.

Investigação com rigor metodológico tendo como objetivo a solução de problemas sociais.

Exercícios de grupo e Study Cases.

Aula 11

Metodologia do Direito Europeu: concetualização, estratégias e normas científicas.

Criação de conceitos e desafios, fora dos padrões tradicionais, visando o estabelecimento de novas associações entre ideias e conceitos, quebrando fronteiras disciplinares e vendo um mundo em que tudo está interligado

Aula 12

Da investigação e da metodologia: debate/discussão com experts em investigação.

Aula 13

Entrega, apresentação e defesa do Projeto do Trabalho de Investigação para avaliação da UC.

Debate crítico e analítico.

Avaliação e encerramento da UC.

Coerência do programa para com os objetivos

1) O estudo aprofundado das grandes doutrinas e suas implicações metodológicas (programa 1 e 2) permite ao aluno conhecer essas doutrinas (obj 1), situá-los historicamente (obj 2), compreender o seu alcance (obj 3) e analisá-las criticamente (obj 4); 2) No final do estudo aprofundado das grandes doutrinas, o aluno será capaz de desenvolver e definir as suas implicações metodológicas (obj 5), distinguindo o conhecimento jurídico científico do conhecimento jurídico anticientífico (obj 6) e consolidar sua / seu próprio método de investigação em Ciência jurídica (obj 7). O programa inclui uma sessão para discutir alguns parâmetros metodológicos gerais da investigação em Ciência jurídica, bem como os resultados individuais de cada aluno (Prog 3)O prog inclui 3 sessões p discutir a especificidade da MICJ dt comparado, dt int. e europeu (prog 4-6), que permitirá que alunos apliquem a sua metodologia numa questão jurídica nessas áreas (obj8) p solução de problemas sociais (obj9) originalmente.

Coerência dos métodos de ensino para com os objetivos

1) A aula expositiva (MÉTODOLOGIA I) pretende transmitir, de forma crítica, o conhecimento necessário sobre as principais epistemologias jurídicas, as grandes doutrinas desenvolvidas para abordar estas questões, em diferentes contextos históricos e suas principais implicações metodológicas, para o desenvolvimento da investigação em Ciência Jurídica (objetivo 1-4);

2) O debate (METODOLOGIA II) tem como objetivo aprofundar a reflexão crítica sobre os problemas epistemológicos e metodológicos do Direito, permitindo que o aluno desenvolva uma percepção epistemológica do Direito, bem como a consolidação de uma metodologia jurídica de investigação em Ciência Jurídica (objetivo 5 -7);

3) A apresentação sobre um tema de reflexão (METODOLOGIA III,1) exige que o aluno organize ideias e conhecimentos (objetivo 1-2) ;

4) A síntese (METODOLOGIA III, 2) faz com que o aluno perceba as contradições ou semelhanças entre as diferentes epistemologias e metodologia da investigação jurídica (objetivo 3)